Moneo

O BANCO DA Marcopolo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas.

Caxias do Sul, 21 de Fevereiro de 2018

A ADMINISTRAÇÃO

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Moneo S.A.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras"*. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *"Demonstração do Valor Adicionado"*. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 13 de fevereiro de 2017, expressa uma opinião sem ressalvas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	2017	2016
Circulante	321.073	388.967
Disponibilidades	16	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.045	44.900
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	12.045	44.900
Operações de crédito	242.760	280.737
Setor privado (Nota 5.a)	266.539	315.628
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e)	(23.779)	(34.891)
Outros créditos	34.641	27.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	27.354	19.655
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	4.049	5.815
Outros créditos diversos (Nota 6)	3.306	2.103
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e)	(68)	(541)
Outros valores e bens (nota 7)	31.611	36.289
Realizável a longo prazo	364.156	454.905
Operações de crédito	336.955	421.281
Setor privado (Nota 5.a)	367.742	447.821
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e)	(30.787)	(26.540)
Outros créditos	27.201	33.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	24.258	30.045
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	2.973	3.615
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e)	(30)	(36)
Permanente	675	713
Imobilizado de uso	251	355
Imobilizado de uso	930	931
Depreciações acumuladas	(679)	(576)
Intangível	424	358
Intangível	1.439	1.234
Amortizações acumuladas	(1.015)	(876)
Total do ativo	685.904	844.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	193.508	286.020
Depósitos	499	50.485
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	499	50.485
Obrigações por repasses do país	183.442	223.587
Instituições oficiais		
BNDES (Nota 9)	183.442	223.587
Outras obrigações	9.567	11.948
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	161	191
Dividendos (Nota 14.c)		1.739
Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	3.352	3.376
Outras obrigações (Nota 11)	6.054	6.642
Exigível a longo prazo	314.062	379.330
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	314.062	379.258
BNDES (Nota 9)	314.062	379.258
Outras obrigações	-	72
Outras obrigações (Nota 11)	-	72
Resultados de exercícios futuros	168	138
Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	168	138
Patrimônio líquido (Nota 14)	178.166	179.097
Capital	150.000	150.000
Reservas de lucros	28.166	29.097
Total do passivo e patrimônio líquido	685.904	844.585

Moneo | O BANCO DA Marcopolo

Marcopolo Volare NEOBUS

Moneo

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	50.893	99.381	93.979
Operações de crédito	49.590	95.249	90.401
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.303	4.132	3.578
Despesas da intermediação financeira	(28.017)	(67.972)	(72.236)
Operações de captação no mercado	(930)	(4.469)	(6.614)
Operações de empréstimos e repasses	(16.341)	(32.673)	(31.301)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f)	(10.746)	(30.830)	(34.321)
Resultado bruto da intermediação Financeira	22.876	31.409	21.743
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.639)	(27.267)	(30.488)
Rendas de tarifas bancárias	775	1.477	1.463
Despesas de pessoal	(3.392)	(8.797)	(9.845)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(3.589)	(7.042)	(5.952)
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.191)	(2.719)	(2.972)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Nota 19)	(7.242)	(10.186)	(13.182)
Resultado operacional	8.237	4.142	(8.745)
Resultado não operacional (Nota 20)	(921)	(1.762)	(2.995)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	7.316	2.380	(11.740)
Imposto de renda e contribuição social	(4.083)	(3.311)	4.449
Corrente (Nota 15.a)	(2.661)	(5.223)	(12.406)
Diferido (Nota 15.a)	(1.422)	1.912	16.855
Lucro/Prejuízo do exercício/semestre	3.233	(931)	(7.291)
Lucro/Prejuízo do exercício/semestre por ação - R$	0,022	(0,006)	(0,049)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

		RESERVAS DE LUCROS				
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	OUTROS RESULTADOS ABRAGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	-	188.051
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.739)	(1.739)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(7.291)	(7.291)
Ajustes de Avaliação Patrimonial				76		76
Destinações:						
Reservas de Lucros	-	-	(9.030)	-	9.030	-

Moneo | O BANCO DA Marcopolo

Marcopolo Volare NEOBUS

Moneo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre/ Exercício	3.233	(931)	(7.291)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	2.662	5.224	12.406
Diferido	1.421	(1.912)	(16.855)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	7.316	2.381	(11.740)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa	30.127	72.915	77.681
Depreciações e amortizações	133	265	260
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.746	30.830	34.321
Despesa de juros e variações monetárias da intermediação financeira	17.271	37.142	37.915
Recebimento de bens não de uso	-	-	6.924
(Aquisição) de bens não de uso	1.977	4.678	(1.739)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	24.287	92.009	78.971
(Aumento) redução em operações de crédito	23.865	90.805	88.297
(Aumento) redução em outros créditos	422	1.204	(9.326)
(Redução) aumento nos passivos operacionais	(85.103)	(198.186)	(114.557)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(1.319)	(800)	2.391
Resultados de exercícios futuros	(4)	29	41
(Aumento) Redução em obrigações por repasse	(54.789)	(138.014)	(108.230)
(Aumento) Redução em depósitos	(28.991)	(54.455)	4.447
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.946)	(13.206)
Caixa proveniente/ (aplicado) das operações	(23.373)	(30.881)	30.355
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(151)	(228)	(138)
Aquisição de imobilizado	(151)	(228)	(138)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	(1.739)	(4.472)
Dividendos pagos	-	(1.739)	(4.472)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.524)	(32.848)	25.745
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No inicio do semestre	35.585	44.909	19.164
No final do semestre	12.061	12.061	44.909
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.524)	(32.848)	25.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS			
Receitas de intermediação financeira	41.194	89.682	88.993
Receita de prestação de serviços	775	1.478	1.463
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacionais	1.536	(2.249)	(11.192)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.746)	(30.830)	(34.321)
	32.759	**58.081**	**44.943**
RECURSOS OBTIDOS DE TERCEIROS			
Despesas de intermediação financeira	(17.271)	(37.142)	(37.914)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.851)	(5.575)	(4.574)
Valor adicionado total bruto	12.637	15.364	2.455
Depreciação e amortização	(133)	(266)	(260)
Valor adicionado líquido produzido pelo Banco	12.504	15.098	2.195
Total a distribuir			
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL E ENCARGOS			
Remuneração direta	1.914	5.784	6.959
Benefícios	801	1.580	1.399
FGTS	158	405	426
	2.873	**7.769**	**8.784**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES			
Federais	5.746	6.607	(888)
Estaduais	1	177	68
Municipais	46	275	405
	5.793	**7.059**	**(415)**
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS			
Aluguéis	605	1.201	1.117
	605	**1.201**	**1.117**
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS			
Dividendos	-	-	-
Prejuízos apurados	3.233	(931)	(7.291)
	3.233	**(931)**	**(7.291)**
Valor adicionado distribuído	**12.504**	**15.098**	**2.195**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras *"investimento", "crédito, financiamento e investimento"* e de *"arrendamento mercantil",* tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2018.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Apuração de resultados

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber:

(a) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

(b) Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

(c) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H).

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de

sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito.

f. Ativo permanente
O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso).
O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado.

g. Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo *"Outros créditos"*.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.
Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.
Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h. Ativos e passivos contingentes
De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:
(a) Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
(b) Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.
São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

i. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *"pro-rata"* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.
Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das varia-

ções monetárias incorridos (em base *"pro-rata"* dia).

j. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações eram compostas como seguem:

	2017	2016
Operações compromissadas / Posição bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	12.045	44.900
Total	12.045	44.900

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente.

5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco.

Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES.

A rubrica de *"outros créditos com característica de concessão de créditos"* refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias.

As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2017	2016
Empréstimos	95.903	115.778
Títulos descontados	22.708	16.348
Compror	1.717	828
Financiamentos	513.953	630.495
Total	634.281	763.449
Circulante	266.539	315.628
Realizável a longo prazo	367.742	447.821
Total	634.281	763.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.779)	(34.891)
Circulante	(30.787)	(26.540)
Realizável a longo prazo	(54.566)	(61.431)
Total líquido	579.715	702.018

	2017	2016
Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 5.d)	7.022	9.430
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 5.d)	(98)	(577)
Total líquido	6.924	8.853

	2017	2016
Total das operações de crédito e outros créditos	641.303	772.879
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.664)	(62.008)
Total geral líquido	586.639	710.871

As operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos cedentes, foram reclassificadas para a conta de "descontos de nota promissória" no grupo de "outros créditos" conforme orientação do BACEN e em atendimento ao COSIF.

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	90.700	14,14	103.744	13,42
50 seguintes maiores devedores	188.063	29,33	228.836	29,61
100 seguintes maiores devedores	150.372	23,45	179.181	23,18
Demais devedores	212.168	33,08	261.118	33.79
Total	641.303	100,00	772.879	100,00

c. Composição da carteira por vencimento

	Empréstimos	Títulos descontados	Compror	Financiamentos	Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	2017	2016
Vencidos	3.389	912	-	9.444	83	13.828	20.454
A vencer							
Até 3 meses	10.955	21.795	1.717	51.946	2.294	88.707	95.139
De 3 a 12 meses	28.572	-	-	137.808	1.672	168.052	205.850
De 1 a 3 anos	38.475	1	-	236.002	2.123	276.601	336.771
Após 3 anos	14.512	-	-	78.753	850	94.115	114.665
Total da carteira	95.903	22.708	1.717	513.953	7.022	641.303	772.879
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.118)	(876)	(8)	(22.564)	(98)	(54.664)	(62.008)
Total líquido	64.785	21.832	1.709	491.389	6.924	586.639	710.871

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

CARTEIRA

NÍVEIS DE RISCO	PERCENTUAL PROVISÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AVAIS E FIANÇAS (D.1)	OUTROS CRÉDITOS	2.017	2.016
AA	0,0%	45.304	-	-	45.304	63.918
A	0,5%	178.261	10.290	1.635	190.186	247.333
B	1,0%	192.093	-	5.335	197.428	217.180
C	3,0%	119.870	-	-	119.870	104.215
D	10,0%	28.163	-	-	28.163	74.747
E	30,0%	17.823	-	-	17.823	34.452
F	50,0%	16.141	-	-	16.141	23.086
G	70,0%	15.672	-	52	15.724	3.830
H	100,0%	20.954	-	-	20.954	23.577
Total		634.281	10.290	7.022	651.593	792.338

PROVISÃO

NÍVEIS DE RISCO	PERCENTUAL PROVISÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AVAIS E FIANÇAS (D.1)	OUTROS CRÉDITOS	2.017	2.016
AA	0,0%	-	-	-	-	-
A	0,5%	891	51	8	950	1.236
B	1,0%	1.921	-	54	1.975	2.172
C	3,0%	3.596	-	-	3.596	3.126
D	10,0%	2.816	-	-	2.816	7.475
E	30,0%	5.347	-	-	5.347	10.335
F	50,0%	8.070	-	-	8.070	11.543
G	70,0%	10.971	-	36	11.007	2.682
H	100,0%	20.954	-	-	20.954	23.578
Total		54.566	51	98	54.715	62.147

(d.1) Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R$ 10.290 (R$ 19.459 em 31 de dezembro de 2016) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Finame, Finame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R$ 51 (R$ 139 em 31 de dezembro de 2016), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R$ 51 (R$ 67 em 31 de dezembro de 2016) e exigível a longo prazo R$ 0"zero" (R$ 72 em 31 de dezembro de 2016) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99.

Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R$ 39.785 (R$ 40.770 em 31 de dezembro de 2016), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R$ 38.261 (R$ 26.835 em 31 de dezembro de 2016) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R$ 14.554 (R$ 4.767 em 31 de dezembro de 2016). A carteira de renegociação em 31 de dezembro de 2017 totaliza R$ 49.161, e apresenta 51,23% (R$ 55.264 – 25,01% em 2016) de provisionamento.

e. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosas - PCLD

	2017	2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.566	61.431
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	51	139
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	98	577
Total	54.715	62.147
Circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.779	34.891
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	51	67
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	68	541
Total	23.898	35.499
Realizável a longo prazo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.787	26.540
Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1)	-	72
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	30	36
Total	30.817	26.648
Total geral de provisão	54.715	62.147

f. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Saldo inicial	57.997	62.147	54.661
Baixas por perdas	(14.028)	(38.262)	(26.835)
Constituição	10.746	30.830	34.321
Saldo final	54.715	54.715	62.147

6 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	2017	2016
Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas	1.194	894
Convênios a receber (a)	2.036	1.145
Outros créditos	76	64
Total - Circulante	3.306	2.103

a. Convênios a receber

Valores a receber de cobrança bancária a compensar em D + 1.

7 - OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	16.270	16.270
Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso	(2.892)	-
Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso em Regime Especial)	27.796	30.736
Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso em regime especial	(15.756)	(12.044)
Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso)	6.582	1.651
Provisão para perdas em veículos registrados em bens não de uso	(389)	(324)
Total	31.611	36.289

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Ao final de 2017 foram realizadas revisões de provisões dos imóveis com base em laudo atualizado e também em valores praticados em leilões.

8 - DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos estão assim demonstrados:

	2017	2016
Interfinanceiros – Até 9 meses	-	50.485
Interfinanceiros – De 9 a 12 meses	499	-
Total	499	50.485

Os depósitos interfinanceiros (em instituições financeiras) estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros prefixada de 80,00% do CDI (117,21% em 2016). Os depósitos estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

9 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

REPASSES	2017			2016
	PRÉ	PÓS	TOTAL	
2017	-	-	-	223.587
2018	112.482	70.960	183.442	162.211
2019	74.114	70.139	144.253	115.449
2020	39.448	56.702	96.150	69.323
2021	11.852	41.510	53.362	27.706
2022	1.681	16.647	18.328	3.269
2023	918	669	1.587	918
2024	382	-	382	382
Total	240.877	256.627	497.504	602.845
Circulante	112.482	70.960	183.442	223.587
Exigível longo prazo	128.395	185.667	314.062	379.258
Total	240.877	256.627	497.504	602.845

	2017	2016
Operações Pré fixadas	240.877	429.156
Operações Pós fixadas	256.627	173.689
Total	497.504	602.845

Os recursos internos representam captações do BNDES. Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2024, com incidência de encargos financeiros nas operações pré fixadas à uma taxa média ponderada de 4,95% ao ano e nas operações pós fixadas à uma taxa média ponderada de 1,80% ao ano, a qual é adicionada da variação da taxa TJLP 7% ao ano (93,16% das operações Pós) ou adicionada da variação da taxa Selic 6,89% ao ano (6,84% das operações Pós). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

10 - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Imposto de renda	1.520	2.667
Contribuição social	1.124	709
Outras	708	-
Total - Circulante	3.352	3.376

11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2017	2016
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	2.542	3.293
Provisões para contingências (nota 12)	2.069	2.880
Provisões para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d)	51	139
Operações de crédito a liberar (b)	232	-
Outras (c)	1.160	402
	6.054	6.714
Circulante	6.054	6.642
Exigível a longo prazo	-	72

(a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R$ 1.680 (R$ 2.848 em 2016).

(b) As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes, no prazo médio de três dias.

(c) O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada.

12 - PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em *"Outras obrigações"*.

O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	2017	2016
Passivos contingentes - processos cíveis	127	127
Passivos contingentes - processos trabalhistas	1.942	2.753
	2.069	2.880

a. Processos cíveis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco.

O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R$ 2.889 (R$ 1.100 em 31 de dezembro de 2016) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 13 ações em 2017 e 17 ações em 2016.

b. Processos trabalhistas - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa.

c. Outros processos - O Banco possuia ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estavam contabilizados na conta *"Outros créditos - diversos"* totalizando o montante de R$ 6.651 na rubrica de Recursos fiscais, os quais também estavam integralmente provisionados e apresentados pelo líquido. Sobre tais valores foi constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral.
No 2º semestre de 2017 o Banco Moneo optou por suspender o questionamento judicial referente o processo acima, promovendo o reconhecimento em favor da União dos valores depositados.

13 - RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Constituídos por receitas com interveniência, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2017	2016
2017	-	113
2018	150	18
2019	12	7
2020	5	2
2021	1	-
	168	138

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R$ 150.000.000,00.

b. Reservas de lucros
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2017 no montante de R$ 21.161 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembléia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

c. Dividendos
Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo, e foram calculados com base no lucro líquido apurado para fins societários:

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(931)	(7.921)
(-) Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo dos dividendos mínimos	-	-
Dividendos propostos	-	-

15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social correntes
Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Resultado antes da tributação	7.316	2.380	(11.740)
Imposto de renda e contribuição social			
às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(3.292)	1.070	5.283
Adições permanentes no imposto corrente	(30)	(169)	(435)
Benifícios fiscais Vale cultura e PAT	27	60	88
5% sobre Saldo Crédito Tributário 2019 (ref. alíquota CS de 20% voltar para 15%)			
(a)	(794)	(2.151)	(881)
Vlr ref. recálculo CSLL cfe. IN 1.591 de 05/11/15	-	-	370
Adicional 10% IRPJ	12	24	24
(-) Exclusão Adicional 10% 3º trimestre ref. IRPJ a compensar	(6)	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.083)	(3.312)	4.449
IRPJ corrente	(1.538)	(2.941)	(7.115)
CSLL corrente	(1.124)	(2.283)	(5.291)
IRPJ diferido	(288)	2.257	9.853
CSLL diferido	(1.133)	(345)	7.002
	(4.083)	(3.311)	4.449

(a) Foi excluido, no 1º semestre de 2017, o montante de R$ 2.151 relativo à baixa de créditos tributários decorrentes da volta da alíquota da CSLL de 20% para 15% referente ao período a partir de 2019 (Lei n.º 13.169/2015).

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos
Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo *"Outros Créditos"* e é assim representado:

	2017	2016
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 5.e)	54.715	62.146
Créditos baixados para prejuízo	45.609	29.013
Provisão para contingências	2.069	8.876
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	19.037	12.368

Base de cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social	121.432	112.403
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	30.358	28.101
Impostos diferidos - Contribuição social 15% e 20% (nota 3.g)	21.254	21.599
Ativo fiscal diferido	51.612	49.700
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	27.354	19.655
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	24.258	30.045

c. Movimentação

	2017	2016
Saldo anterior, em 31 de dezembro	49.700	32.907
Crédito tributário líquido constituído/(revertido)	1.912	16.793
Saldo atual, em 30 de junho	51.612	49.700

d. Expectativa de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

PERÍODO	2017	2016
2017	-	19.655
2018	27.354	22.996
2019	12.913	7.001
2020	11.268	12
2021	9	36
2022	68	-
	51.612	49.700

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2017, calculado com base na taxa média de captação de 6,9% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R$ 36.794 (R$ 42.899 em 31 de dezembro de 2016 à taxa de 13,65% a.a.).

16 - LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 22,39%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

17 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas de serviços do sistema financeiro	387	722	644
Despesas de serviços técnicos especializados	974	1.891	1.208
Despesas de viagem no país	648	1.133	761
Depreciações e amortizações	133	266	260
Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas	428	987	1.101
Outras	113	212	256
Total	3.589	7.042	5.952

18 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	ALÍQUOTA	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Programa de integração social (PIS)	0,65%	160	317	349
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	984	1.949	2.150
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	39	74	73
Outras despesas tributárias		8	379	40
Total		1.191	2.719	2.972

19 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Rendas de garantias prestadas	74	74	3
Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos	1.316	3.519	3.902
Reversão provisões passivos contingentes fiscais (nota 12 c)	6.651	6.651	-
Reversão provisões para contingências fiscais e trabalhistas	431	431	35
Atualização saldo conta garantida e diferença pagto liberação	(50)	(76)	-
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(1.419)	(2.336)	(1.295)
Despesas com perdas ações judiciais	(416)	(1.046)	(603)
Perdas com ações judiciais tributárias (nota 12c)	(6.651)	(6.651)	-
Descontos concedidos (a)	(400)	(720)	(1.365)
Provisão atualização ação Pis/Cofins (nota 12 c)	(53)	(427)	(768)
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(6.346)	(9.056)	(11.566)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	(379)	(549)	(1.525)
Total	(7.242)	(10.186)	(13.182)

(a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente.

20 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
Despesas não operacionais	(1.403)	(2.795)	(3.437)
Receitas não operacionais	482	1.033	442
	(921)	(1.762)	(2.995)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento).

21 - PARTES RELACIONADAS

a. Transações e saldos

O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R$ 61 (R$ 47 em 31 de dezembro de 2016) no exercício para a Marcopolo S.A.
Dividendos pagos a Controladora no montante de R$ 1.739 (R$ 4.472 em 2016).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2017 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R$ 1.800. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram despesas no valor de R$ 1.603 (R$ 1.569 em 31 de dezembro de 2016), conforme segue:

	2017	2016
Remuneração - pró-labore	1.205	913
Encargos sociais	271	205
Benefícios agregados	127	451
	1.603	1.569

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do CMN.

c. Outras informações

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

22 - PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2017 foi despendido em contribuições o montante de R$ 150 (R$ 171 em 2016).

O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional.

O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado.

Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1).

Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e característica dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação àqueles vigentes em 31 de dezembro de 2016.

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.813)	(2.699)
Valor justo dos ativos do plano	3.181	2.855
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(368)	(156)
Ativo (Passivo) líquido calculado	-	-

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue

	2017	2016
Passivo líquido no início do exercício	-	(138)
Ganho (perda) reconhecida	(142)	(30)
Despesas no ano	63	(82)
Contribuições reais da empresa no ano	79	112
Passivo líquido provisionado não revertido no período	-	138
Passivo líquido no final do exercício	-	-

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

DESPESAS	2017	2016
Custo de serviço corrente	108	88
Custo serviço passado – alterações do plano	(168)	-
Juros sobre a obrigação atuarial	287	260
Remuneração dos efeitos reconhecimendos em ORA	(290)	(265)
Contribuições de funcionários	-	(1)
	(63)	82

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

b. Hipóteses econômicas

	PERCENTUAL AO ANO	
	2017	2016
Taxa de desconto	10,86	10,86
Taxa de crescimento salarial	7,37	7,37
Inflação	4,85	4,85

c. Hipóteses demográficas

	2017 E 2016
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

23 - ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO

a. Risco operacional

O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco.

O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.
A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06.
A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos.

b. Risco de mercado

De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros.
A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.
O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Ad-

ministração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.
A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência de Controladoria e Finanças e Auditoria Interna.
A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos.

c. Risco de crédito
A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009.
A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito.
O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco.
A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito, Comitê de Cobrança e Recuperação de Créditos, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Crédito e Área de Compliance.
A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos.

d. Risco de liquidez
O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012.
A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez, Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças.
O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.
A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos.

Gerenciamento de capital
O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.
A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Capital, Área de Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças.
A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos.

Relatório de riscos (Consolidado)
O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil.

24 - INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

25 - SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Gilberto Bellini
Presidente do conselho

Carlos Zignani
Conselheiro

José Antonio Valiati
Conselheiro

DIRETORIA

Oliver Markus d'Haese
Diretor Superintendente

José Antonio Valiati
Diretor

José Fernando Bettoni
Diretor de crédito e cobrança

CONTADOR

Cleber Alexandre Bernart
CRC/RS 81.323/O-4

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

BANCOMONEO.COM.BR

FONE: (54) 2991 - 1000
OUVIDORIA: 0800 - 723 50 40
OUVIDORIA@BANCOMONEO.COM.BR

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

AV. RIO BRANCO, 4889
4° ANDAR - ANA RECH
CAXIAS DO SUL - RS - 95060-145